

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.554.056 - SP (2019/0222816-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : EUPHORIA EVENTOS E PRODUÇÕES EIRELI  
**ADVOGADOS** : LUIZ HENRIQUE MOURA LOPES - SP345287  
MARCO FABIO CAMPOS JUNIOR - SP346024  
**AGRAVADO** : MARIA DOS MILAGRES OLIVEIRA DA SILVA  
**ADVOGADO** : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M

### **EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. SÚMULA 481/STJ. SOCIEDADE EMPRESÁRIA. BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS. INFIRMAR AS CONCLUSÕES DO ACÓRDÃO RECORRIDO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

### **DECISÃO**

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento interposto por Euphoria Eventos e Produções Eireli contra decisão que, nos autos da ação monitória ajuizada em desfavor de Maria dos Milagres Oliveira da Silva, indeferiu o pedido de gratuidade de justiça.

A Trigesima Segunda Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à insurgência, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 204-207):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - GRATUIDADE DA JUSTIÇA - Pessoa jurídica - Benefício que pode ser concedido excepcionalmente às pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, condicionada a demonstração da situação de hipossuficiência de recursos - Requisitos legais não atendidos - Documentos acostados que não demonstram operação deficitária o bastante a tornar a parte hipossuficiente para arcar com as custas e despesas processuais - Gratuidade negada, com oportunidade de recolhimento do preparo do agravo de instrumento, sob pena de inscrição na dívida ativa, nos termos do artigo 99, §7º, do CPC Decisão mantida. RECURSO IMPROVIDO.

A sociedade demandante interpôs recurso especial, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, apontando violação aos arts. 98 e 99, § 2º, do

# *Superior Tribunal de Justiça*

CPC/2015; e 1º da Lei n. 1.060/1950.

Sustentou, em síntese, a necessidade de deferimento do benefício da justiça gratuita, haja vista o preenchimento de todos os requisitos. Aduziu que "apontou múltiplas referências que demonstram de forma inequívoca a sua atual situação econômica delicada - situação esta que, obviamente, impossibilita a empresa de arcar com as custas processuais neste momento" (e-STJ, fl. 217).

Sem contrarrazões.

O Tribunal de origem negou seguimento ao recurso sob o fundamento de incidir a Súmula n. 7 do STJ.

Irresignada, a recorrente apresenta agravo refutando o óbice apontado pela Corte estadual.

Contraminuta não apresentada.

Brevemente relatado, decido.

No concernente à gratuidade de justiça, insta salientar que a pessoa jurídica, ainda que não possua fins lucrativos, deverá comprovar sua hipossuficiência para que seja deferido o benefício.

O Enunciado n. 481 da Súmula de jurisprudência do STJ dispõe que "faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais".

Ademais, "o direito à gratuidade da justiça da pessoa jurídica em regime de liquidação extrajudicial ou de falência depende de demonstração de sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais, o que não ficou afigurado na espécie" (AgInt no REsp n. 1.619.682/RO, Relator o Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 15/12/2016, DJe 7/2/2017).

Alinhando-se a esse entendimento, constata-se que a Corte de origem indeferiu a sua concessão ao argumento de que não foram comprovados os seus requisitos, nos termos do seguinte voto (e-STJ, fls. 206-207):

A disposição do artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal prevê a assistência judiciária integral àquele que comprovar insuficiência de

# *Superior Tribunal de Justiça*

recursos, ou ainda o diferimento do recolhimento do preparo para o final, demonstrada a impossibilidade ainda que momentânea de fazê-lo.

As normas relativas à assistência judiciária exigem simples declaração da condição de hipossuficiente, conferindo presunção de boa-fé em favor do beneficiário.

Nos termos do art. 98 do CPC, “a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei”.

Nada obstante o acima exposto, a concessão da gratuidade à pessoa jurídica fica condicionada sempre à prova da necessidade, concedendo-se o benefício somente em circunstâncias especialíssimas, e quando devidamente demonstrada a situação de impossibilidade de arcar com as despesas.

É imprescindível, portanto, para que uma pessoa jurídica, como é o caso da agravante, possa litigar às expensas do Estado, que faça prova concreta da sua necessidade, do estado de hipossuficiência, que a lei visa proteger, juntando documentos relativos às suas despesas, seu patrimônio, tais como Declaração para a Receita Federal, movimentação financeira, balanços, etc., não bastando, para a concessão do benefício, a simples declaração que, às pessoas físicas, garante a presunção legal de necessidade.

Na hipótese dos autos, o agravante acostou extratos de sua conta corrente, declarações de informações socioeconômicas e fiscais e seu balanço patrimonial. Tais elementos, contudo, não autorizam a concessão do benefício ao condomínio agravante.

Isso porque, além de seu balanço patrimonial não apresentar negativo, os extratos de conta corrente demonstram relativa igualdade entre créditos e débitos, com meses com saldo positivo e outros com saldo negativo, nunca, porém, com grande disparidade entre entradas e saídas.

Tais circunstâncias não demonstram uma operação deficitária ao ponto de tornar a agravante hipossuficiente.

Portanto, ausente demonstração segura da fragilidade de sua condição financeira, de rigor o improvido recursal.

Dessa forma, para infirmar as conclusões do acórdão recorrido, seria imprescindível o reexame de provas, o que é inadmissível nesta instância extraordinária, nos termos da Súmula 7/STJ.

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. GRATUIDADE DA JUSTIÇA. PESSOA JURÍDICA EM REGIME DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO COMPROVADA. IMPOSSIBILIDADE DE REVER O ENTENDIMENTO ADOTADO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SÚMULA 7/STJ. 1. O direito à gratuidade da justiça da pessoa jurídica em regime de liquidação extrajudicial ou de falência depende de demonstração de sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais, o que não ficou afigurado na espécie, não

# *Superior Tribunal de Justiça*

sendo possível rever o entendimento adotado pelo Tribunal de origem, em virtude da Súmula 7/STJ. Precedentes. 2. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (AgInt no AREsp n. 1.021.128/MS, Relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 17/8/2017, DJe 30/8/2017)

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

